

# jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO  
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900  
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO  
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA  
 (1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA  
 (1927 - 1969)

## Diretor Responsável

RUY MESQUITA

## Diretores

Júlio de Mesquita Neto

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tálcio Lopes Costa

José M. Homem de Montes

Oliveiros S. Ferreira

## Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

## Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

## Diretor Executivo

Leão Serva

## Editor Chefe

Celso Kinjo

## Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

## Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

## Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

*Congresso*

## Falso dilema

Embora se trate, ainda, do velho Congresso, com boa parte dos deputados e senadores em seus últimos dias de atividade, o resultado do esforço concentrado que Câmara e Senado iniciam hoje, para votar uma série de medidas de interesse do governo e dos próprios congressistas, indicará como deverão ser as relações entre o Executivo e o Legislativo neste governo e mostrará se o presidente Fernando Henrique tem realmente condições de liderar a profunda revolução por que o Brasil precisa passar.

Conquanto possa parecer o de menor urgência e alcance para os designios imediatos do governo (entre os quais o principal é consolidar ou, ao menos, garantir a sobrevida de algumas das conquistas do Plano Real), o projeto que envolve a anistia para o senador Humberto Lucena e abre as portas para futuros perdões a 17 outros parlamentares, todos acusados de crime eleitoral, já aprovado no Senado e dependendo apenas de votos da Câmara, é, sem dúvida, o mais importante que os parlamentares serão chamados a votar nestes dias, pelas profundas implicações que terá para todo o processo político-brasileiro a partir de agora.

E, como as colunas políticas de Brasília continuam, aqui e ali, sinalizando que o governo ainda não firmou posição a respeito, e hesita em "fechar questão" pela confirmação daquilo que manda a lei, temendo que isto possa vir a prejudicar a votação de questões prementes como a do aumento do salário mínimo, a medida provisória aumentando tributos editada por Itamar Franco no último dia de 1994 e a lei de concessões dos serviços públicos, vale voltar ao assunto para ressaltar toda a sua importância.

O "caso Lucena" é emblemático não apenas porque é ele que vai definir se há ou não há esperanças de uma reforma do esfrangalhado "código de ética" da política que se pratica no Brasil — responsável exclusivo pelo descalabro a que chegamos em matéria econômica e de gestão da coisa pública —, mas sobretudo porque marcará, de forma clara e irrevogável, o tipo

de atitude com que o Congresso receberá as próximas — e decisivas — reformas que o governo lhe enviar. Se, no primeiro confronto, eles conseguirem "dobrar" um presidente recém-empossado, com seus 34 milhões de eleitores clamando por ética, receberão o que mais vier dele com a mesma arrogância, o mesmo descaso e a mesma disposição para a chantagem — agora realmente reafirmadas pela impunidade reconfirmada — com que têm sido recebidas todas as propostas de reformas que chegaram ao Congresso nos últimos anos. Se a lei for mantida e a pena for confirmada e sancionada pelo presidente, suas próximas propostas encontrarão um Congresso respeitoso e atento, como convém a uma casa de representantes do povo convocada a implementar um projeto de reforma de estruturas retorcidas, fabricadas por uma prática política apodrecida, mas que terá começado a ser revogada, num país onde todos, sem exceções — e em especial os que as fabricaram —, têm de cumprir as leis.

É um falso dilema, portanto, colocar o problema nos termos simplistas com que a imprensa reporta que ele vem sendo tratado em certos círculos do novo governo: ou a anistia ou a MP tributária ou qualquer outra das medidas urgentes que é preciso aprovar neste esforço concentrado, para manter o Real.

O cruzeiro não morreu de morte morrida. Foi assassinado em longa agonia — com todos os seus trágicos efeitos para a população brasileira — pelo descalabro com que se trata a coisa pública neste país, que só se tornou possível a partir do momento em que os políticos e administradores públicos descobriram que as leis não valem para eles. Assim, não há reforma econômica que passe ou que dure, se a reforma política não começar antes. Se a impunidade prevalecer, é apenas questão de tempo até que tenhamos de inventar uma nova moeda e um novo plano cortando o caminho dos brasileiros, para substituir um Real coroado pelo descalabro administrativo e pela pirataria política impunes.